



ECONOMIA EM DIA

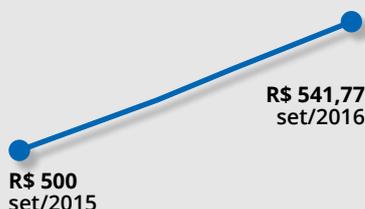


INFORMATIVO DE MACROECONOMIA E FINANÇAS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

INDICADORES

Poupança

(Rentabilidade em 12 meses = 8,35%)



Bolsa de Valores

(Rentabilidade em 12 meses = 29,53%)



Fundos de Investimento

Multimercado

(Rentabilidade em 12 meses = 15,18%)



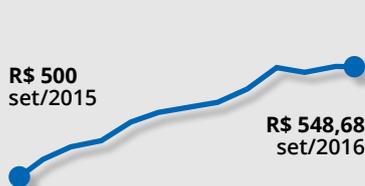
Renda Fixa

(Rentabilidade em 12 meses = 14,70%)



Varição IGP-DI

(Acumulado em 12 meses = 9,74%)



Índice Geral de Preços medido pela FGV

Varição IPCA

(Acumulado em 12 meses = 8,48%)



Índice de Preços ao Consumidor Ampla medido pelo IBGE

RUMOS DA INFLAÇÃO NO BRASIL



A inflação alta é uma antiga inimiga da economia brasileira. Os seus efeitos sobre a renda e o poder aquisitivo da população são, em geral, muito perversos. Alguns ainda se lembram do período da hiperinflação, caracterizado por taxas mensais de dois dígitos, que marcou a década de 1980 e o início dos anos de 1990. A partir do plano Real, lançado em 1994, teve início uma nova fase e a hiperinflação ficou definitivamente no passado. Porém, o controle da inflação continuou como um desafio para a política monetária, cuja diretriz no Brasil, desde 1999, é a sistemática de metas para a inflação. De 2006 até 2016, a meta para a inflação a cada ano foi de 4,5%, compreendendo um intervalo de tolerância, com limite inferior de 2,5% e limite superior de 6,5% (o “teto da meta”).

Em todos esses anos, até 2014, a inflação situou-se dentro dos limites do intervalo de tolerância. Já em 2015, a maioria deve lembrar que passamos por um período de forte aceleração inflacionária, fazendo com que o IPCA encerrasse o ano com variação acima de dois dígitos pela primeira vez, desde 2002, superando o “teto da meta”.

A pergunta que surge naturalmente é se 2015 foi um ano atípico ou se estaríamos diante de uma nova realidade para a inflação no Brasil. A melhor resposta é encontrada nos fatos. Em fevereiro de 2016, o IPCA acumulado em doze meses alcançou 10,71%, o maior nível, em mais de dez anos. De lá até setembro, o índice seguiu em trajetória decrescente, tendo recuado mais de dois pontos percentuais, para o nível de 8,48%.

A inflação neste patamar ainda é muito alta e indica que a meta não será cumprida em 2016. No entanto, há uma tendência muito bem definida de desaceleração, sinalizando que a inflação retornará para os limites do intervalo de tolerância, a partir de 2017. Além disso, embora a meta tenha sido mantida em 4,5% para 2017 e 2018, o intervalo de tolerância foi reduzido e o “teto da meta” passou a ser de 6,0% e não mais de 6,5%, indicando um comprometimento ainda maior em trazer a inflação para níveis baixos. É claro que esses dois anos de inflação alta vão deixar marcas negativas sobre o poder aquisitivo do consumidor, que precisou ajustar o orçamento para sobreviver a esses tempos. Por outro lado, a convergência da inflação para um patamar mais baixo contribuirá para a melhora do planejamento financeiro, assim como para um período de mais estabilidade no país.

FIQUE DE OLHO



A inflação neste patamar ainda é muito alta e indica que a meta não será cumprida em 2016. No entanto, há uma tendência muito bem definida de desaceleração, sinalizando que a inflação retornará para os limites do intervalo de tolerância, a partir de 2017.

DECIFRANDO O ECONOMÊS



Política monetária – é um dos principais instrumentos de política macroeconômica que as autoridades podem utilizar para tentar alcançar um objetivo. No Brasil, o Banco Central é o responsável pela implementação da Política Monetária e o seu objetivo é a busca da estabilidade de preços, ou seja, o controle da inflação.

Sistemática de metas para a inflação – foi adotada no Brasil em junho de 1999, como a diretriz para a fixação do regime de política monetária. As metas são representadas por variações anuais de índices de preços de ampla divulgação. O índice escolhido foi o IPCA. Cabe ao Conselho Monetário Nacional fixar, para cada ano, a meta e o respectivo intervalo de tolerância. Considera-se cumprida a meta quando a variação acumulada da inflação (medida pelo IPCA) relativa ao período de janeiro a dezembro de cada ano calendário situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância.

IPCA – o índice de preços ao consumidor amplo, produzido pelo IBGE, mede a inflação no período de 1 a 30 de cada mês, considerando os gastos das famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos.



Você está preparado para lidar com o inesperado na vida financeira?

Em geral, no nosso planejamento financeiro focamos em coisas boas, como a compra da casa própria ou do carro, o nascimento do filho e a viagem dos sonhos. Nem sempre consideramos nesse planejamento eventos desagradáveis, como a perda do emprego ou de um familiar, um defeito no carro, o aumento inesperado nas contas fixas ou uma separação. Infelizmente, tais coisas às vezes acontecem e podem ter consequências graves para a vida financeira. Nassim Taleb, no livro “A Lógica do Cisne Negro”, defende que o desconhecido tem impacto mais relevante que o que conseguimos antever. Por isso, devemos estar preparados para as situações inesperadas e a melhor maneira é incluir no planejamento financeiro uma reserva para cobrir despesas nessas situações.

SEU DINHEIRO

Você sabe distinguir supérfluo de desperdício?

Se a resposta é positiva, então você é provavelmente um consumidor consciente. Há muitas pessoas que acreditam ser necessário eliminar todos os supérfluos para ter uma vida financeira equilibrada. Para muitos, planejar as finanças pessoais é sinônimo de cortar radicalmente despesas com lazer e bens não essenciais, que proporcionam boa qualidade de vida. Por isso é comum que muita gente adie a elaboração de um planejamento financeiro, essencial para uma vida equilibrada e feliz.

Distinguir supérfluos de desperdícios é importante para compreender que disciplina financeira não significa piora da qualidade de vida. Ao contrário, ela pode trazer melhora.

Despesas com supérfluos são aquelas com bens ou serviços que trazem benefício ou bem-estar, mas não são imprescindíveis. Já os desperdícios são despesas com coisas que você não utiliza ou que não agregam bem-estar maior ao que você poderia obter com outros bens de valor mais baixo. Por exemplo? O aparelho de ginástica comprado por impulso e que não é usado. O endividamento para comprar

o carro topo de linha, enquanto um modelo mais econômico teria a mesma utilidade. Além, é claro, da torneira deixada aberta antes de entrar no banho e da lâmpada esquecida acesa.

O desperdício é mais comum do que pensamos. Somos constantemente incentivados ao consumo. A busca por sucesso e status social, estimulada por campanhas publicitárias, leva muitas vezes a desperdícios que podem comprometer suas finanças. No planejamento financeiro, a eliminação do desperdício deve ser um alvo, mas não é obrigatório excluir todos os supérfluos. Em um primeiro momento, isso talvez seja necessário, se as finanças estiverem desequilibradas. Porém, com as finanças organizadas, é possível incluir alguns supérfluos.

É claro que não podemos ter tudo o que queremos. Nenhum orçamento comporta isso, seja de indivíduos ricos ou pobres, de empresas ou do governo. O critério consiste em selecionar aquilo que cabe no orçamento e reduzir a zero os desperdícios. Esse é o primeiro passo para um orçamento equilibrado, no qual as despesas são menores que as receitas e há geração de poupança.